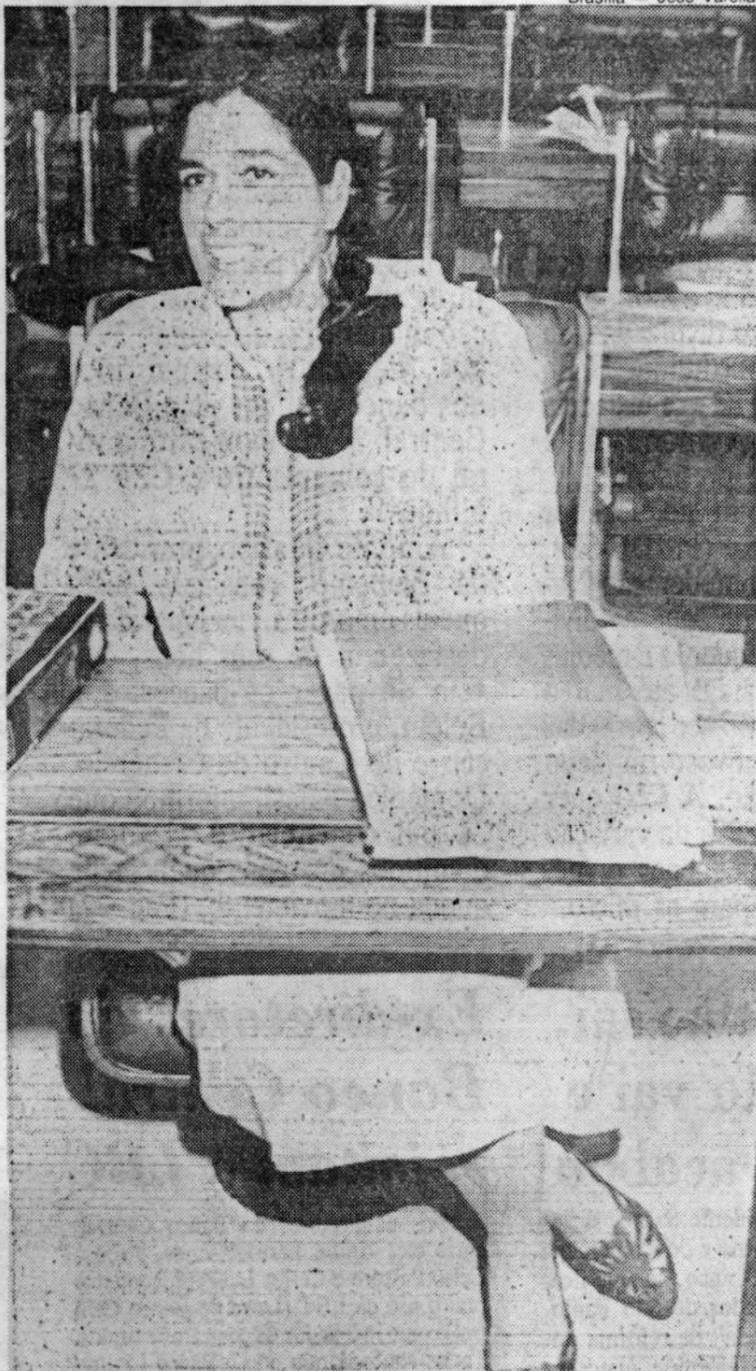


Deputada não aceita que única voz no PDT seja a de Brizola

Brasília — José Varela



Moema quer que Brizola respeite seus 83 mil votos

permanece no PDT porque acredita que é o único que caminha para o socialismo. "Mas, para isso, não podemos passar por cima da democracia interna", argumenta. "Não aceito atos de caudilhismo e o governador sabe disso".

A constituinte lembra que é a

única mulher eleita pelo PDT e a única representante do Nordeste que seu partido conseguiu levar pra a Constituinte. "Me elegi no Ceará, com 83 mil votos, lutando contra os coronéis. Organizei o partido sozinho na região e sou o único ponto de referência do PDT-CE. Isso não pode ser ignorado."

Dupla Genoíno-Freire dá vitórias à esquerda

BRASÍLIA — Parece um exército tal a disposição de luta. A munição básica é paciência, propostas concretas e estratégias competentes. O alvo é tentar incluir na Constituição dispositivos mais democráticos possíveis. Roberto Freire, líder do PCB, e José Genoíno, vice-líder do PT são os coringas da esquerda na Constituinte que agem em quase todas as comissões buscando avançar as teses progressistas. Apenas os dois, formam o "batalhão de choque", chamado sempre para solucionar as situações mais difíceis.

Foi assim que agiram na Subcomissão da Reforma Agrária, onde impediram a aprovação de um anteprojeto ao gosto dos conservadores. Foi assim também na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, onde conseguiram transformar a censura total em censura classificatória; suprimir do relatório original o termo "subversão da ordem", colocado no artigo que tratava de livre manifestação; e retirar da alçada do Conselho de Segurança Nacional a decisão do presidente da República decretar estado de emergência. E nessas duas subcomissões Freire e Genoíno não figuravam sequer como suplentes.

Receita — O segredo do sucesso foi, além de muito trabalho — Genoíno atuou em sete subcomissões durante 48 horas e só no final de semana apresentou 80 emendas, enquanto Freire percorreu mais de 15, distribuindo mais de 200 emendas —, a objetividade. "Eu sei o que quero, sei o que não devo e sei o que posso", explicou Genoíno. "Minha campanha foi feita em cima da Constituinte. Não é difícil trabalhar quando se sabe o que se quer", acrescentou Freire.

A receita, segundo Genoíno, está na tática de trabalho. "Temos que ter boa argumentação, conhecer o regimento para jogar a carta certa na hora certa. Quando a situação é desesperadora, começo no grito; quando a situação é favo-

rável, vou direto ao convencimento. Mas é importante sempre deixar claro que acreditamos naquilo que propomos e não podemos deixar o adversário perceber antes do tempo que está perdendo. O importante é montar a armadilha e deixar várias pontas soltas. No decorrer do trabalho, vamos amarrando essas pontas da maneira mais conveniente."

Freire prefere a tática do convencimento. A gritaria e a agitação que promove, são uma questão de estilo. Mas a convicção com que fedendo suas teses sensibiliza, como ocorreu com as deputadas Rita Camata (PMDB-ES), Lúcia Braga (PFL-PB) e Lúcia Vânia (PMDB-GO) na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. As três mudaram o voto sobre a censura depois que ouviram Freire discursar.

A interferência mais importante dos dois foi na Subcomissão da Reforma Agrária. Freire chegou no início da reunião, pouco depois das 16h de sábado passado e constatou a ausência do deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA), considerado progressista. Então, passou a ajudar na obstrução dos trabalhos, para impedir que o relatório fosse votado enquanto Benedito não chegasse.

Como a situação estava difícil, Genoíno, que trabalhava na Subcomissão de Defesa do Estado, foi chamado às pressas. "A situação da Defesa do Estado estava perdida mesmo," contou o deputado do PT. "Era melhor ajudar na Reforma Agrária, tentando obstruir. E só não conseguimos mais por causa da arbitrariedade do senador Edison Lobão (PFL-MA), que colocou em votação o projeto da direita."

Informados de que Benedito estava voltando, Freire e Genoíno continuaram obstruindo e conseguiram segurar os trabalhos até que o deputado paraense chegasse, trazendo o voto decisivo para derubar cinco artigos do anteprojeto que tinha sido aprovado.

Estabilidade deverá ser aprovada também pela Ordem Social

BRASÍLIA — A estabilidade no emprego, aprovada pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, deve passar também pelo teste da Comissão da Ordem Social. A previsão é do relator da comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), para quem apenas um detalhe divide os parlamentares que integram o grupo: a partir de que momento a estabilidade será concedida.



Segundo o anteprojeto aprovado pela subcomissão, o trabalhador tem direito à estabilidade a partir do instante em que entra na empresa, ressalvado um período de experiência de 90 dias. No primeiro debate da comissão sobre o assunto, na noite de quarta-feira, nove pronunciamentos — de um total de 17 — apoiaram a estabilidade, embora os deputados e senadores discordassem a respeito do prazo mínimo a partir do qual ela deva ser concedida.

"Vamos presenciar debates veementes na comissão, mas ela seguramente não marchará para um confronto", aposta Almir Gabriel. O senador acredita que o PMDB não terá em sua comissão os problemas que está enfrentando na Comissão da Ordem Econômica, onde constituintes do próprio partido estão se aliando aos conservadores na hora do voto. "Todos os que vieram para cá têm pelo menos sensibilidade para a questão social", explica.

Na opinião do relator, reivindicações como a estabilidade no emprego e a semana de 40 horas devem ser aprovadas porque não tocam na questão da propriedade dos meios de produção, em torno da qual os conservadores têm fechado questão.

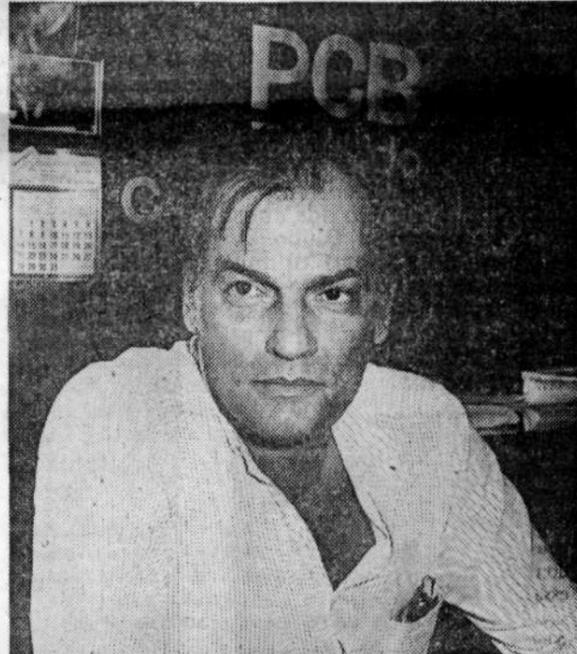
"Ninguém está questionando o capitalismo, mas sim a injustiça social provocada por alguns setores capitalistas", diz Gabriel. "O que se pretende é modernizar a sociedade brasileira. As propostas que chegaram à comissão não são nem solícitas nem socializantes, apenas buscam a valorização do trabalho e o aumento das garantias e direitos dos trabalhadores."

Trabalho aumenta e plenário fica vazio

BRASÍLIA — O intenso trabalho que os constituintes começam a desenvolver nas oito Comissões temáticas tirou todo atrativo do plenário da Constituinte. Muitas Comissões marcam reuniões para às 17 horas e, o resultado, no plenário é que os parlamentares discursam para ninguém. Ontem foi a vez de dois deputados, Hermez Zanetti (PMDB/RS) e Adhemar de Barros Filho (PDT/SP) que ocuparam a tribuna no grande expediente, ou seja, por 20 minutos, para tratarem de temas constitucionais mas não tiveram platéia. O único ouvinte era o senador Mário Maia (PDT/AC) que, naquele momento, presidia os trabalhos.

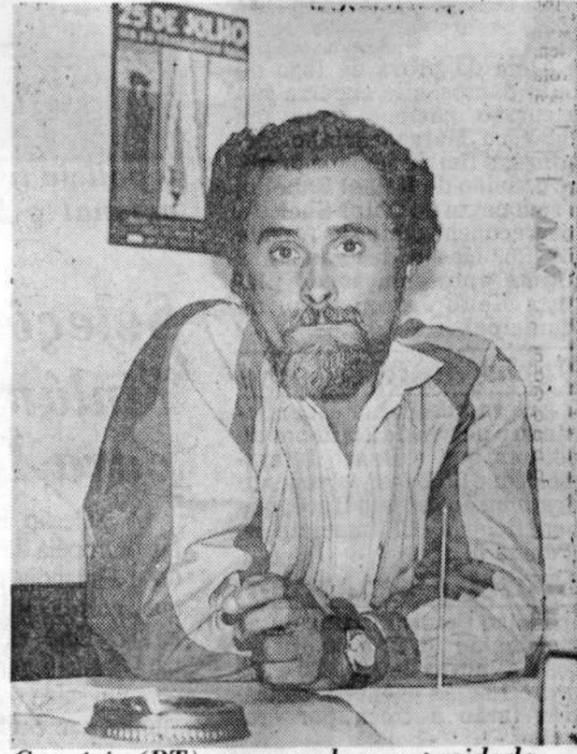
Quando iniciou seu pronunciamento, Hermez Zanetti ainda tinha a presença da deputada Benedita da Silva (PT/RS) e do deputado Lysaneas Maciel (PDT/RS) que havia deixado a tribuna. Mas Bené precisou se retirar e fez um apelo para Lysaneas: "por favor, assista o pronunciamento do nosso colega porque não tem ninguém aqui e eu preciso sair porque a minha Comissão vai se reunir." Lysaneas entendeu o drama do companheiro, mas também não pode ficar porque a sua comissão também tinha reunião marcada. Depois de falar por 15 minutos para os taquígrafos e a segurança Hemes Zanetti foi assistido por Adhemar de Barros Filho e, mesmo assim, porque ele seria o próximo orador.

Arquivo 10/1/87



Freire (PCB): a persuasão na oratória

Arquivo 16/7/87



Genoíno (PT): o senso de oportunidade